

# Para Sarney, comissão cria nova consciência

12 SET 1980

BRASÍLIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, apoiou, ontem, a decisão da Comissão de Constituição e Justiça do senado permitindo a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação terrorista no Brasil, porque "ajudará a criar uma consciência nacional contra esse tipo de ação política condenável, que é o terrorismo."

— Entendo que qualquer forma de contribuição para solucionar o problema do terrorismo será bem recebida porque é salutar — disse Sarney.

Sobre a constituição da CPI do terror, disse o líder do Governo no Senado, Jânio Passarinho que "a comissão solucionou o problema de uma forma salomônica, e agora poderão se instalar no congresso até 15 comissões parlamentares de inquérito — cinco no âmbito do senado, cinco na Câmara e cinco no Congresso".

— No entanto — na opinião do líder — uma comissão específica para examinar os atentados terroristas, resultará numa superposição de esforços, desnecessária, uma vez que já existe uma CPI, a da violência, que está investigando a ação terrorista e que é muito mais abrangente, porque cuida de todo o problema da violência.

— Esta CPI do terror — disse Passarinho — fará, na verdade, um "close up" de uma área que já está sendo trabalhada por outra CPI. Outra coisa, ela vai modificar o ritmo das convocações quando uma CPI disputará com a outra a convocação de um mesmo ministro, por exemplo, e para depor o mesmo assunto.

Este é também, basicamente, o raciocínio do presidente da CPI da violência, senador Orestes Quérzia (PMDB-SP) para quem "o assunto já está sendo tratado" pela comissão que preside.

No entanto, ele ressaltou como principal vantagem da decisão da Comissão de Justiça do Senado, o fato de que "a partir de agora o Congresso poderá constituir mais cinco CPIs, e isto multiplicará o principal instrumento de ação das oposições que é a Comissão Parlamentar de Inquérito."

Quérzia concorda com as críticas que vêm sendo feitas à atuação das CPIs no sentido de que elas imprimem um ritmo bastante intenso aos seus trabalhos iniciais mas, em geral, não levam a nada, caem no desrespeito e desinteresse dos parlamentares, inclusive dos seus membros. Ele atribui os inexpressivos resultados dos trabalhos daqueles órgãos às muitas limitações do Legislativo.

— No entanto — concluiu Quérzia — as CPIs funcionam como importante instrumento de denúncia, atraem a opinião pública para diversos problemas nacionais e nisto se constitui o seu maior mérito. O simples fato de denunciar justifica a sua constituição.